

CORREIO POLÍTICO

José Cruz/Agência Brasil



Messias sabe que o problema não é exatamente ele

O calvário de Messias

O advogado-geral da União, Jorge Messias, sabe que o problema não é ele. Desde que passou a exercer o cargo, não foram raras as vezes em que ele foi acionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para mediar questões políticas com a bancada evangélica, por conta da sua inclinação religiosa (Messias é da Igreja Batista Cristã de Brasília). Na sua grande maioria, a bancada evangélica é formada por parlamentares conservadores, que fazem oposição a Lula. Ou seja, Messias tem bom trânsito junto a essa bancada. Mas, apesar das boas relações, a oposição sentiu o cheiro de sangue na floresta. Provavelmente rejeitaria a indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF) se sua sabatina fosse mantida.

Sem razões

E isso se daria não porque a oposição tem alguma crítica específica sobre Messias ou sobre seu comportamento no governo. Nesse ponto, muito piores seriam as avaliações que a oposição teria de Flávio Dino ou Cristiano Zanin. Dino por uma notória atuação política no campo oposto, por todas as discussões que teve como ministro da Justiça. Zanin porque foi o advogado de Lula nos processos da Lava Jato.

Lula Marques/Agência Brasil



Lula terá que desfazer o bico de Alcolumbre

Oportunidade rara

Mas porque a situação tornou-se uma rara oportunidade de imprimir ao governo uma das suas maiores derrotas. Já se passaram mais de cem anos da última vez que o Senado rejeitou uma indicação para o STF. Em 1894, Floriano Peixoto viu os senadores rejeitarem cinco de suas indicações para a Suprema Corte. Mas a situação política era muito diferente. Floriano Peixoto governou praticamente todo o tempo em Estado de Sítio. E, em pelo menos uma das indicações, era claro que o indicado não preenchia os requisitos necessários.

Requisitos

Cândido Barata Ribeiro, um dos rejeitados, era médico, e não jurista. Não tinha, portanto, o “notório saber jurídico”. Jorge Messias é da carreira da Advocacia-Geral da União e ex-procurador da Fazenda Nacional. Jorge Messias tem o “notório saber jurídico”, tem mais de 35 anos de idade e, até prova em contrário, a tal “reputação ilibada”. Preenche, assim, os requisitos técnicos da indicação.

POR
RUDOLFO LAGO

Relacionamento

Por trás de tudo, problemas políticos no relacionamento do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) com o governo. Associados aos compromissos que Alcolumbre firmou com seu antecessor na presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O STF era o desejo de Pacheco.

Corda esticada

A situação toda, porém, foi levando a uma situação de corda esticada ao máximo. Lula não teria como recuar agora da indicação de Messias. E certamente já não mais indicaria Pacheco caso viesse a ser derrotado. Ou seja, Alcolumbre derrotaria Lula. Mas acabaria também derrotado naquilo que deseja.

Conversa

Assim, o que Messias agora espera é que Lula seja capaz de reverter o quadro após uma boa conversa com Davi Alcolumbre. A essa altura, depende muito menos do advogado-geral da União angariar ou não mais senadores simpáticos a ele. Lula é que terá que distensionar a situação com Alcolumbre.

Estratégia

Messias pretende manter a sua estratégia de buscar os senadores. Ele já conversou com mais da metade deles. Mas precisa fazer isso com o máximo de cuidado. Não pode passar a impressão de que seus movimentos sejam uma afronta a Alcolumbre. Não pode deixar a sensação de que agora estaria forçando a barra no Senado.

Tempo

De qualquer modo, o advogado-geral da União avalia que ganhou tempo. Agora, ele não teria como reverter a situação desfavorável. Até porque o ambiente está muito contaminado pela recente prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, o que acirra ainda mais os ânimos da oposição contra o governo Lula.

Eleições

Inicialmente, o governo avaliava que seria ruim deixar esse debate para o ano que vem, um ano eleitoral. Mas talvez agora, reavalie, seja o tempo necessário para um distensionamento. Tudo vai depender dos próximos momentos. Uma redução da comoção sobre Bolsonaro. E muita, muita conversa.

Carlos Moura/Agência Senado



Projeto foi aprovado em um minuto pelo plenário do Senado

Senado aprova licença ambiental de Alcolumbre

Processo permitirá construção de estrada na Amazônia

O Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (3), a Licença Ambiental Especial (LAE) com uma brecha para liberar a reconstrução da polêmica rodovia BR-319 em até 90 dias. A estrada é vetor de desmatamento e grilagem, e corta o coração da Amazônia.

A LAE é impulsionada por Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente do Senado Federal, e acelera a análise de impactos sobre a natureza para empreendimentos que sejam classificados como estratégicos pelo governo federal – o que pode beneficiar casos de exploração de petróleo como o da bacia Foz do Amazonas.

Durante a tramitação da proposta no Congresso, ela ganhou um novo dispositivo que concede esse status prioritário automaticamente a “obras de reconstrução e repavimentação de rodovias preexistentes cujos trechos representem conexões estratégicas”, exatamente o caso da BR-319.

Foi determinado prazo máximo de três meses para que seja concedida sua Licença de Instalação, justamente aquela que falta para que essa obra seja realizada atualmente.

Adesão e compromisso

A medida ainda restringe o uso da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que permite autorizar obras apenas mediante a promessa do em-

preendedor de não descumprir regramentos ambientais.

Seu texto foi votado em comissão mista e na Câmara na última terça-feira (2), e referendada pelo Senado já nesta quarta, em votação simbólica em cerca de um minuto de duração – e menos de um mês após a COP30, a conferência sobre mudanças climáticas das Nações Unidas, acontecer em Belém (PA).

A proposta foi aprovada em forma de um projeto de lei de conversão, vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ainda pode sofrer vetos.

Na última semana, porém, os parlamentares derrubaram vetos de Lula à lei geral que flexibiliza e simplifica o processo de licenciamento ambiental no Brasil.

BR-319

O chamado trecho do meio da BR-319 teve sua Licença Prévia (LP) autorizada ainda durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), ato que foi suspenso pela Justiça, justamente pela falta de medidas para evitar a destruição da Amazônia.

Em setembro deste ano, Lula afirmou que essa obra seria autorizada em acordo com ambientalistas. Sua reconstrução é criticada pela ministra Marina Silva.

João Gabriel (Folhapress)